

**ENTREVISTA** Tributação sobre o Gross Gaming Revenue exige controles rigorosos e reforça o papel estratégico do contador no novo mercado de apostas

# Regulamentação das bets ampliou a segurança jurídica para os contadores

**OSNI MACHADO**

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A regulamentação das apostas esportivas e dos jogos online no Brasil inaugurou um novo cenário para empresas, investidores e, especialmente, para os profissionais da contabilidade.

Com a sanção da Lei nº 14.790/2023, o setor passou a operar sob regras mais claras, com definição de tributos, exigências administrativas e responsabilidades fiscais, ampliando tanto a arrecadação quanto os desafios de conformidade. O modelo adotado pelo País prevê a tributação sobre o resultado efetivo das apostas, o chamado Gross Gaming Revenue (GGR), além da incidência de impostos tradicionais aplicáveis à prestação de serviços.

Nesse ambiente, a atuação contábil ganha papel estratégico, não apenas no correto enquadramento tributário das empresas de bets, mas também na estruturação de controles, na mitigação de riscos fiscais e no combate a práticas ilícitas, como a evasão e a lavagem de dinheiro.

A complexidade operacional, o alto volume de transações e as discussões em curso sobre o aumento da carga tributária exigem preparo técnico e atualização constante dos profissionais que atuam nesse segmento.

Gustavo Caletti, empresário, professor, mentor, palestrante, contador, pós-graduado em Ciências Contábeis Aplicadas e Gestão Pública e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) detalha mais um pouco do assunto em entrevista ao JC Contabilidade.

**JC Contabilidade - Qual é o enquadramento tributário das empresas de apostas após a regulamentação do setor?**

**Gustavo Caletti** - Não há um enquadramento tributário específico definido em lei. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) compatível permite, inclusive, o Simples Nacional, mas, pelo porte dessas empresas, o



Gustavo Caletti é contador, pós-graduado em Ciências Contábeis Aplicadas e Gestão Pública e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do RS

mais comum é a opção pelo Lucro Presumido ou pelo Lucro Real.

**Contab - Quais tributos federais incidem sobre as bets legalizadas no Brasil?**

**Caletti** - Por serem consideradas prestadoras de serviço, incidem PIS, Cofins, IRPJ, CSLL e ISS, conforme o regime tributário adotado. Além disso, há a contribuição social específica de 12% sobre a receita líquida das apostas.

**Contab - Como é definida a base de cálculo da receita das casas de apostas?**

**Caletti** - O faturamento é entendido como a diferença entre o total apostado pelos clientes e os prêmios pagos. Não se tributa a movimentação financeira, mas sim o ganho efetivo da casa.

**Contab - Como funciona a tributação sobre o Gross Gaming Revenue (GGR)?**

**Caletti** - O Gross Gaming Revenue (GGR) representa o saldo positivo mensal da operação. O controle correto das apostas e dos prêmios pagos é obrigatório

para evitar erros na base de cálculo e riscos fiscais.

**Contab - Estados e municípios podem tributar as empresas de apostas?**

**Caletti** - Sim, mas apenas com ISS, já que a atividade é considerada serviço. Não há incidência de ICMS. Com a reforma tributária, o IBS permitirá o compartilhamento da arrecadação entre estados e municípios.

**Contab - Há diferença tributária entre bets nacionais e estrangeiras?**

**Caletti** - Para operar legalmente no Brasil, é obrigatório

ter CNPJ no País. Empresas não regulamentadas acabam pagando impostos fora do alcance do Fisco brasileiro e correm o risco de serem proibidas de operar.

**Contab - Quais são os principais desafios contábeis desse segmento?**

**Caletti** - A transparência e a segregação correta das movimentações. O volume e a velocidade das transações exigem tecnologia para garantir segurança fiscal e confiabilidade das informações.

**Contab - Que cuidados contábeis são essenciais para quem atua nesse mercado?**

**Caletti** - Entender que a carga tributária é elevada e impacta diretamente a rentabilidade. Informação de qualidade e uma contabilidade parceira são fundamentais para reduzir riscos.

**Contab - A regulamentação trouxe mais segurança jurídica para os contadores?**

**Caletti** - Sem dúvida. Antes, tudo se baseava em interpretações. Agora, há

base legal clara para orientar decisões com segurança jurídica.

**Contab - Como a contabilidade pode ajudar a combater evasão fiscal e lavagem de dinheiro?**

**Caletti** - Com responsabilidade, transparência e firmeza. É essencial ter contratos bem estruturados e romper relações ao identificar práticas irregulares.

**Contab - Qual é a tributação aplicada aos apostadores que recebem prêmios?**

**Caletti** - Os ganhos são tributados em 15% de Imposto de Renda, como ganho de capital, devendo ser declarados mensalmente ou, no mínimo, na declaração anual.

**Contab - A carga tributária atual pode comprometer a sustentabilidade das bets legalizadas?**

**Caletti** - Pode, sim. Embora seja um negócio de margem alta, a carga não é baixa. Cada empresa precisa avaliar sua tese de lucro para decidir sobre a viabilidade do negócio.



O controle correto das apostas e dos prêmios pagos é obrigatório para evitar erros na base de cálculo e riscos fiscais

ACERVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO/JC